

## **Intervenção do Presidente da APB na sessão de abertura da *MONEY* CONFERENCE 2021**

Agradeço o convite para intervir na abertura desta conferência que se perspetiva promissora. Sabendo que o tempo é um recurso escasso e que, por isso, deve ser gerido com parcimónia, irei focar-me apenas em três pontos que gostaria de destacar sobre o sector bancário português.

O primeiro ponto é sobre o papel do sector na economia. O meu livro da 4ª classe, já lá vão muitos anos, continha uma espécie de fábula interessante, passada no tempo em que as partes do corpo tinham voz e personalidade própria. Um dia, várias partes do corpo reuniram-se clamando contra o parasitismo do estômago para cuja alimentação todos trabalhavam, mas que mais não fazia do que comer que os outros lhe davam e repousar. E decidiram fazer greve, não mais trabalhando para o que consideravam ser o explorador do corpo: as pernas não se deslocariam para arranjar comida; os braços e as mãos não levariam comida à boca; esta não a aceitaria; os dentes não mastigariam; a garganta não engoliria; e por aí fora. E, assim, o órgão que vivia à custa do trabalho dos outros, sem reciprocidade, teria que arranjar-se por si próprio. Com o passar do tempo, o corpo, e todos os seus membros, foram definhando, perdendo força, enfraquecendo e caminhando para o que se afigurava uma morte inevitável. Até que perceberam que, afinal, era o trabalho invisível do estômago que os sustentava, lhes dava força e vitalidade. E que sem a actividade fundamental do estômago, todo o corpo fenecia.

Não preciso certamente de explicitar porque é que escolhi esta história para invocar, por analogia, o papel essencial que a actividade bancária desempenha no funcionamento de uma economia e no bem estar da sociedade e o mal que podem fazer a ambos estes desideratos as abordagens e atitudes estigmatizantes do sector. Ainda recentemente, na crise pandémica, o sector demonstrou, mais uma vez, a sua relevância social, funcionando como estabilizador financeiro e contribuindo decisivamente para o amortecimento dos danos económicos e sociais da quebra económica provocada pela pandemia. Talvez pouca gente saiba, mas

Portugal foi o terceiro país europeu onde mais se recorreu às moratórias bancárias para apoiar as empresas e as famílias durante a pandemia (22.5% do PIB), contrastando com uma das mais reduzidas dimensões dos apoios do Estado à economia (11.2% do PIB). É, pois, bom para todos que se perceba o relevante e insubstituível papel social e económico que a banca desempenha e o seu contributo para o bem-estar económico e social.

O segundo ponto é para chamar a atenção para a esquizofrenia opinativa com que a banca é socialmente percebida, digna da conhecida novela escocesa de Robert Stevenson. Do que se ouve ou lê, pelo menos nos meios que convencionalmente se considera exprimirem a opinião pública, parece emergir uma grande desconsideração sobre os bancos, quase como se fossem aparentados do malévolos *Mr. Hyde*. Mas quando se olha às atitudes concretas das pessoas concretas que constituem a sociedade, verificam-se testemunhos de muita confiança e consideração dessas pessoas para com a banca, fazendo emergir uma imagem mais próxima do simpático e prestável *Dr. Jekyll*.

O persistente reforço dos depósitos bancários, a que vimos assistindo nos últimos anos, mesmo em contextos de crise, não pode deixar de ser lido como testemunho de confiança. E o que ouço dos gestores bancários é que os inquéritos de satisfação que fazem periodicamente aos seus clientes, evidenciam elevados níveis de satisfação dos clientes com os seus bancos. Como as acções valem mais do que as palavras, e refletem melhor as verdadeiras preferências das pessoas, sou inevitavelmente levado a pensar que a imagem da banca mediaticamente expressa estará desfasada da realidade concreta, onde as pessoas concretas que compõem a sociedade agem e expressam as suas preferências concretas.

O terceiro ponto é sobre a importância de um sector bancário localizado em Portugal. Quando a última crise financeira nos bateu à porta, há mais de uma década, vários analistas de inspiração liberal, onde eu me incluía, consideraram que a fragilidade então apresentada pela banca em Portugal iria permitir uma rápida penetração dos bancos do estrangeiro, que rapidamente aqui expandiriam a sua actividade e ganhariam quota de mercado. Ora, o que aconteceu foi precisamente o contrário. A banca no estrangeiro, que tinha financiado despreocupadamente o insustentável endividamento do país, retirou-se apressadamente quando a crise caiu sobre nós, exigindo reembolsos intempestivos. E só a banca instalada em Portugal, apesar das fragilidades reveladas, continuou a financiar a economia portuguesa e

teve que cobrir o buraco de financiamento aberto pela referida fuga. Não fosse esta banca e a recessão económica teria sido muito mais profunda e socialmente muito mais penosa. E não vejo como é que as PME teriam tido sequer acesso a crédito. É que, por exemplo, uma Silva & Almeida, de Viseu – que não sei se existe! – não passa no modelo de um analista de crédito situado numa qualquer capital europeia; só passa numa banca que conheça de perto o ramificado tecido empresarial que forma a economia do país. Ou seja, requer uma presença e uma proximidade física e cultural.

As autoridades responsáveis europeias têm sido bastante explícitas a louvar e incentivar a consolidação bancária transfronteiriça e a defender – passo a citar declarações oficiais – *“que os bancos dependam mais amplamente de sucursais e da livre prestação de serviços [cross-border], em vez de usar subsidiárias”*, pois que isso permite *“otimizar as sinergias que existem dentro dos grupos bancários”* (fim de citação).

A União Bancária – à qual falta o pilar mais importante para ser o que pretende ser – desencadeou um processo centrípeta de localização da actividade bancária, que acelera o que já é inerente à própria integração europeia. Portugal, sendo geográfica e economicamente um dos países mais periféricos da União é, por natureza, onde essa força centrípeta se exerce com mais intensidade. Tudo o resto igual, essa força centrípeta, decorrente da natureza da integração conjugada com a perifericidade e a pobreza económica relativa do país, constitui como que uma adversidade natural à sediação de actividade bancária em Portugal.

Sendo assim, todos os entraves competitivos que as autoridades e os reguladores nacionais introduzam sobre os bancos estabelecidos em Portugal são objetivamente amplificadores dessa adversidade natural e aceleradores da força centrípeta que tende a afastar do país a localização da sua actividade bancária. Entre estes entraves destaco, sem querer ser exaustivo, a fiscalidade discriminatória dirigida especificamente ao sector, como são as contribuições extraordinárias para o Fundo de Resolução Nacional (em cima daquela a que, como todos os outros os bancos europeus, também estão sujeitos para o Fundo de Resolução Europeu) e o Adicional de Solidariedade, criado para a emergência de 2020, mas que se pretende estender para além da emergência; proibições de cobrança directa de alguns serviços prestados; e outras restrições limitadoras dos seus modelos de negócio

Convém, por isso, que toda a sociedade tenha consciência de que os obstáculos de origem nacional à competitividade dos bancos aqui estabelecidos são um incentivo à sua deslocalização – seja de sedes para sucursais, seja de sucursais para representações, como aconselham as autoridades europeias – e que esta deslocalização, a ocorrer, acarretará para o país a perda de empregos qualificados, de valor acrescentado e, através deste, de base fiscal. O que, tudo junto e numa palavra, significa empobrecimento. Além de estreitar a autonomia estratégica do país. E que um tal resultado não será fruto do azar, da globalização, ou de outras habituais desculpas para os nossos insucessos; será o resultado de escolhas políticas concretas.

05/11/2021